

Viviane Barros Amorim Costa

O planejador é, antes de tudo, um sonhador

diálogos entre planejamento urbano e cidades reais

RESUMO

O presente ensaio busca estabelecer relação de proximidade entre o ofício do planejador urbano e o exercício criativo de imaginar cenários ideais tão comum a profissionais criativos, como escritores, por exemplo. Além do conhecimento apreendido durante sua formação técnica, o profissional planejador precisa dispor também de uma capacidade imaginativa fértil e em permanente atualização, de modo a ser capaz de elaborar reflexões críticas acerca dos processos históricos que moldaram as cidades e, a partir daí, sugerir soluções para os cenários urbanos problemáticos resultantes desses processos, mantendo-se ainda coerente aos debates atuais sobre o conceito de “cidade ideal”. A exemplo do exercício criativo desenvolvido por Italo Calvino em seu livro *As cidades invisíveis*, no qual são concebidas inúmeras cidades ideais, o presente trabalho propõe alguns questionamentos sobre problemáticas urbanas, apontando assim para possíveis cenários ideais e para soluções que os tornem tangíveis. A leitura de autores como Souza, Secchi e de documentos oficiais, como a Nova Agenda Urbana, demonstra como o planejamento urbano, em última análise, se assenta sobre o conceito de cidade ideal, mas o ultrapassa, rejeitando o mero devaneio e criando, através da técnica, estratégias para reduzir a distância entre cenários ideais e cenários reais.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Exercício criativo; Geografia do imaginário.

ABSTRACT

This essay seeks to establish a relationship between the work of the urban planner and the creative exercise of imagining ideal scenarios, so common to creative professionals, such as writers, for example. In addition to the knowledge learned during their technical training, the professional planner must also have a fertile imagination and be constantly updated, in order to be able to elaborate critical reflections on the historical processes that have shaped cities and, from that, develop solutions for the problematic urban scenarios resulting from these processes, while remaining consistent with current debates on the concept of “ideal city”. Like the creative exercise developed by Italo Calvino in his book *Invisible Cities*, in which countless ideal cities are conceived, this work proposes some questions about urban problems, thus pointing to possible ideal scenarios and solutions that make them tangible. The reading of authors such as Souza, Secchi and official documents such as the New Urban Agenda demonstrate how urban planning is ultimately based on the concept of the ideal city, but surpasses it, rejecting mere reverie and creating, through technique, strategies to bridge the gap between ideal and real scenarios.

Keywords: Urban planning; Creative exercise; Imagination geography.

**Viviane Barros
Amorim Costa**

é graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí. Pesquisadora no Laboratório Espaços Urbanos.

vi_amorim@hotmail.com

O escritor italiano Italo Calvino, em seu livro *As cidades invisíveis*, cita que “os futuros não realizados são ramos do passado: ramos secos” (CALVINO, 1990, p. 29). Nessa, que talvez seja sua obra-prima, Calvino entrega uma experiência criativa surpreendente ao descrever as fictícias e incontáveis cidades invisíveis, tão mais surpreendentes quanto mais divergentes das cidades reais que conhecemos. Embarcando em sua proposta de uma geografia do imaginário, é possível idealizarmos futuros alternativos para os centros urbanos, onde atualmente mais da metade da população mundial vive e onde também se concentram problemáticas como desigualdade social e escassez de recursos naturais (SECCHI, 2013): em que cidades viveríamos hoje se, em vez do capitalismo dos colonizadores europeus, tivessem prosperado as sociedades originárias cujas organizações social e produtiva funcionavam em sintonia com o meio ambiente? Quão compactas poderiam ser as cidades latino-americanas se a especulação imobiliária não as levasse ao espraiamento e à periferização? Esses e muitos outros questionamentos apontam para os diversos “ramos secos”, ou seja, para os diversos futuros não realizados, mas possíveis, que as cidades poderiam ter e que povoam o imaginário daqueles que veem os centros urbanos não apenas como cenário para os desafios atuais, mas também como parte da solução: desenvolvimento urbano sustentável e ordenamento do solo através de planejamento urbano são exemplos de objetivos e estratégias a serem adotados a fim de alcançarmos, ou pelo menos de nos aproximarmos, de um futuro no qual as cidades sejam mais parecidas com aquelas idealizadas por escritores, urbanistas, sociólogos, geógrafos e pela população em geral.

Uma vez que o exercício de imaginar cidades ideais não se restringe ao campo da literatura, se faz necessário compreender esse exercício, para além de seu caráter lúdico, também como etapa basilar de todo processo de melhoramento urbano, seja ele físico, social ou econômico. Estabelecer um cenário ideal e calcular a que distância deste cenário se encontra a realidade de cada cidade é o que permite a tomada de decisões, o delineamento das ações e a escolha dos instrumentos a serem utilizados na redução dessa distância. O planejamento urbano, dentre tantas definições possíveis, pode ser compreendido com o conjunto dessas decisões, ações e instrumentos responsáveis por tornar reais os futuros possíveis.

Como se pode inferir, a definição do que seria uma “cidade ideal”, sobre a qual se ergue qualquer intenção planejadora, pode gerar distorções e criar problemas ao invés de soluções, como ocorreu com o urbanismo modernista que, ao zonear de modo rígido as funções da cidade, acabou por criar um tecido

urbano pouco orgânico, monótono e em desacordo com as reais necessidades dos habitantes. A partir desse entendimento, compreende-se um aspecto fundamental do planejamento: este não deve ser impositivo, antes deve se atentar às demandas que surgem da população diretamente envolvida, pois não existe um único modelo de cidade ideal ou um único modelo de desenvolvimento genérico e aplicável a todos os casos, cabendo ao planejador colocar sua expertise a serviço das demandas da população, sem ceder ao ego ou ao senso comum e sem entrar em contradição com sua formação técnica (SOUZA, 2001).

O entendimento contemporâneo prescreve que uma “cidade ideal”, além de justa social e espacialmente, precisa também ser sustentável. O conceito de desenvolvimento atrelado a um viés economicista, e, portanto, pouco comprometido com a origem renovável dos recursos explorados ou com a distribuição justa do ônus gerado, vai perdendo força. A partir do entendimento de que a atividade humana tem contribuído para o desequilíbrio dos processos naturais de regulação da temperatura global e dada a urgência em mitigar os impactos negativos das mudanças climáticas, tem se evidenciado a necessidade de adoção de um modelo de desenvolvimento urbano sustentável que considere tanto a fonte dos recursos a serem empregados nessas melhorias urbanas (preferencialmente de baixo impacto ambiental), quanto a justa distribuição dos bônus e ônus deste processo. Foi em meio a esse contexto que se deu a aprovação da Nova Agenda Urbana (NAU). O documento, aprovado em 2016 durante a Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, em Quito, no Equador, ao estabelecer princípios e objetivos a serem alcançados através do planejamento e da gestão urbana, acaba por sumarizar as bases para boas práticas urbanísticas sustentáveis, ainda que a NAU não se limite ao campo de atuação do urbanista ou do ambientalista, tratando também de temas como economia, saúde, migração etc. Dentre os diversos “compromissos transformadores” firmados, o de número 34 exemplifica bem o caráter generalista e multidisciplinar da Agenda:

Comprometemo-nos a promover o acesso equitativo e economicamente viável à infraestrutura física e social básica sustentável para todos, sem discriminação, incluindo terra urbanizada, habitação, energia moderna e renovável, água potável e saneamento, alimentação segura, nutritiva e adequada, coleta de resíduos, mobilidade sustentável, serviços de saúde e planejamento familiar, educação, cultura, e tecnologias de informação e comunicação. Comprometemo-nos, ainda, a assegurar que estes serviços estejam atentos aos direitos

e às necessidades das mulheres, crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas e comunidades locais, conforme o caso, e de outras pessoas em situações de vulnerabilidade (Nova Agenda Urbana, 2016, p.12).

Esse trecho da Nova Agenda Urbana, ao elencar aqueles que seriam os atributos de uma cidade onde todos nós gostaríamos de viver, não deixa nada a desejar se comparado às cidades invisíveis de Calvino, uma vez que o ofício do planejador urbano, bem como dos demais profissionais envolvidos na melhoria urbana, está, em última análise, comprometido com o exercício de imaginar futuros possíveis, e, mais do que isso, de contribuir, através da técnica, para a concretização desses sonhos coletivos.

REFERÊNCIAS

- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. Companhia das Letras, 1990. 1ª ed. [Le città invisibili, 1972] Tradução: Diogo Mainardi.
- ONU HABITAT. **Nova Agenda Urbana**. Quito, 2016. Disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em 28 de outubro de 2020.
- SECCHI, Bernardo. **A cidade dos ricos e a cidade dos pobres**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2019.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. ■